

A Participação Brasileira na Minustah e os efeitos na área de Segurança Pública

*Augusto Gabriel Colório**

RESUMO: Com a expansão das atividades diplomáticas brasileiras no século XXI e os efeitos das operações de paz no mundo bem como diante dos 13 anos da liderança militar brasileira no Haiti, o presente artigo tem como tema principal a participação brasileira na Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) e os efeitos na área de segurança pública. O propósito da pesquisa é analisar o efeito, na esfera da segurança pública, da presença das tropas brasileiras no Haiti ao longo de 12 anos. Dentre outros objetivos, visou-se compreender se foram atingidas as metas pré-estabelecidas e analisar a política externa brasileira na Minustah. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e análise de dados e estatísticas de organizações como as Nações Unidas. Por fim, entendeu-se que apesar dos esforços brasileiros na área da segurança pública haitiana, os homicídios durante a Missão aumentaram e a atuação brasileira foi dificultada devido ao terremoto e a interferência de outros países.

PALAVRAS-CHAVE: Haiti. Minustah. Brasil. Operação de Paz.

* Estudante do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ UNISINOS.

1 Introdução

Um dos efeitos do fim da Guerra Fria na década de 1990 foi a ascensão de um maior número de Operações de Paz das Nações Unidas. O fim da bipolaridade e o descongelamento das relações na Organização das Nações Unidas (ONU) facilitaram o advento dessas missões, que possuem o intuito de auxiliar na administração de conflitos. Hoje, as missões que estão ligadas ao Conselho de Segurança, espalham-se em 4 continentes e somam 16 operações atuando em várias áreas e com alto nível de complexidade (UN, 2016).

O Brasil sempre foi um ator participativo nas operações de paz, tendo atuado em mais de 50 operações de paz ou similares. Historicamente, o país contribuiu com mais de 33.000 militares, policiais e civis. Atualmente, o estado brasileiro está ligado a nove das 16 operações de paz: MINURSO (Saara Ocidental), MINUSTAH (Haiti), UNFICYP (Chipre), UNIFIL (Líbano), MONUSCO (República Democrática do Congo), UNISFA (Abyei), UNMIL (Libéria), UNMISS (Sudão do Sul) e UNOCI (Costa do Marfim). Para essas missões, o Brasil cede mais de 1.700 pessoas (BRASIL, 2016).

No entanto, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) possui um caráter especial para as tropas brasileiras e para a política externa do Brasil. Pela primeira vez na sua história, em 2004, a convite das Nações Unidas e devido à experiência de atuação em missões de paz, o Brasil lidera o comando militar de uma Operação de Paz (VISENTINI, 2012). É claro que, como Lucena (2014) identifica, o país passava, durante essa época, por um período em que o governo possuía uma política externa de caráter ativo no sistema internacional e percebeu que a Minustah poderia auxiliar na expansão internacional do país.

Nos últimos meses tem sido noticiada a decisão do Conselho de Segurança de terminar⁶ com a Minustah dando lugar a uma nova missão e, conseqüentemente, suspendendo a primeira liderança brasileira do contingente militar de uma Missão de Paz da ONU. Como a política externa brasileira foi uma das peças centrais da missão, em que pese a liderança militar e o alto número de tropas e policiais enviados, este estudo busca compreender de que forma as forças de paz brasileiras afetaram a área de segurança pública do Haiti ao longo desses 13 anos.

A partir desse problema, tem-se como objetivo principal analisar o efeito, na esfera da segurança pública, da presença das tropas brasileiras no Haiti ao longo de 13 anos. Por conseguinte, também se intenta compreender se foram atingidas as metas pré-estabelecidas pela ONU e analisar a política externa brasileira na Minustah.

6 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1875340-onu-decide-encerrar-missao-de-paz-comandada-pelo-brasil-no-haiti.shtml>. Acesso em 22 jun. 2017.

O presente trabalho está organizado em cinco seções. Após a introdução trata-se sobre a mudança do Sistema Internacional após a Guerra Fria e a ascensão internacional do Brasil no século XXI. Na seguinte seção, a abordagem refere-se ao aceite, pelo Brasil, da liderança da Minustah e seus objetivos, dentre os quais o de melhoria da segurança pública. Na sequência do trabalho, tematiza-se a participação dos militares brasileiros e o balanço na área da segurança pública.

Em discurso⁷ ao Conselho de Segurança em reunião sobre a Minustah, o então chanceler brasileiro, Celso Amorim, afirmou que:

Nós - as Nações Unidas, os países da América Latina e do Caribe e os próprios haitianos - temos o dever de contribuir para a realização dessa esperança. O futuro do Haiti tornou-se hoje um tema de interesse do conjunto da comunidade internacional; a MINUSTAH e as iniciativas de cooperação técnica e financeira constituem um teste da mais alta importância para que as Nações Unidas demonstrem a sua capacidade de atender a situações cuja solução se situa além da simples estabilização político-militar e envolve uma verdadeira reconstrução nacional. (AMORIM, 2005).

Como descreveu o chanceler Celso Amorim, o Brasil e a comunidade internacional não poderiam omitir-se perante a situação haitiana. Por isso, cabe a análise de como aconteceu a mudança no sistema internacional e qual foi o comportamento do Brasil nesse novo cenário, o qual propiciou que o país assumisse posição de destaque na Minustah.

2 A mudança do Sistema Internacional e a ascensão internacional do Brasil

A queda do muro de Berlim e o subsequente fim da Guerra Fria transformaram a configuração da ordem mundial e alteraram as dificuldades do sistema internacional. A área de segurança foi, da mesma forma, afetada por esse novo paradigma e, conseqüentemente, implementaram-se os debates acerca da forma como deveriam ser resolvidos os problemas internacionais relacionados à segurança mundial aos meios que deveriam ser utilizados para tal fim (CARVALHO; ROSA, 2011).

Igualmente, o fim da bipolaridade possibilitou que organismos multilaterais fossem descongelados e pudessem atuar no campo internacional em maior escala do que durante a Guerra Fria. É o caso das Operações de Paz da ONU, que puderam ser realizadas de modo mais amplo na solução de conflitos, tanto internos como externos, devido ao fato de que não havia mais a divisão do Conselho de Segurança,

⁷ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-artigos/163-discursos-artigos-e-entrevistas/7719-discurso-do-ministro-celso-amorim-na-reuniao-especial-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-sobre-o-haiti>>. Acesso em 24 ago. 2016.

órgão que definia essas operações (NYE, 2009). Desde 1988, por exemplo, foram criadas 48 missões de paz, representando mais que o dobro do período da guerra fria (BIGATÃO, 2009).

Como assinalam Carvalho e Rosa (2011), a mudança de paradigma do sistema internacional oportunizou a intensificação do discurso dos países do Terceiro Mundo. O Brasil, um dos grandes países emergentes, surge nesse cenário buscando tornar-se um dos líderes desse movimento, e, com isso, ocorre uma mudança no eixo das políticas de Leste-Oeste para políticas voltadas ao eixo Norte-Sul.

Em 2003, com a tomada de posse de Luiz Inácio “Lula” da Silva, foram reafirmadas as mudanças que o país já vinha sofrendo em escala nacional e internacional. Internamente, o novo governo buscou diminuir o déficit social, auxiliando as classes mais necessitadas da população brasileira. No âmbito das Relações Internacionais, o Governo Lula buscou implementar uma diplomacia com sentido tático-estratégico, de visão de longo alcance, e utilizou o carisma do presidente em nível mundial. Logo, a política externa brasileira alcançou notável desenvolvimento e protagonismo, superando muitas expectativas (VISENTINI, 2013). A política externa desenvolvida naquele novo Governo buscou diversificar as relações diplomáticas brasileiras, entrando em contato com uma grande diversidade de países e privilegiando as negociações Sul-Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Outra mudança ocorrida no novo governo foram as posses do embaixador Celso Amorim, no Ministério de Relações Exteriores, e do embaixador Samuel Guimarães, como Secretário-Geral do Itamaraty. Uma demonstração da sintonia do chanceler brasileiro e do novo presidente sobre a política externa pode ser compreendida a partir do discurso proferido por Amorim em sua tomada de posse, em 2003:

Com a eleição do Presidente Lula, o povo brasileiro expressou de forma inequívoca o desejo de ver realizada uma profunda reforma política e social, dentro de um marco pacífico e democrático, com ampla participação popular na condução dos assuntos do Estado. Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo, e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que estarão presentes em todas as ações do Governo Lula. (AMORIM, 2003, p.1).

De maneira que os objetivos internacionais do Governo Lula fossem alcançados, as políticas criadas basearam-se em três dimensões: diplomacia econômica, política e um programa social. A primeira dimensão possui uma base realista; a segunda, de resistência e afirmação; e a última, positiva. Esse projeto veio

amadurecendo e consolidou-se convergindo com os aspectos nacionais e internacionais (VISENTINI, 2013).

A diplomacia econômica manteve as parcerias com o primeiro mundo, buscando maior incentivo em áreas como tecnologia e investimentos, negociando a dívida externa do País e confirmando a não ruptura do modelo econômico. No âmbito da diplomacia política, o novo Governo buscou aplicar uma diplomacia ativa e afirmativa de defesa dos interesses nacionais, permitindo uma grande relevância nas Relações Internacionais e fugindo de uma fase de estagnação. Conclusivamente, o novo programa de política externa obteve um grande prestígio internacional por meio das políticas sociais, pois convergiu com as necessidades da agenda global a fim de corrigir as assimetrias potencializadas pelo comércio e investimentos livres da globalização. Por esse motivo, o combate à fome tornou-se um marco na política internacional daquele momento, pois sinalizava a procura e o incentivo de um modelo socioeconômico alternativo, que visou a consertar os vácuos sociais mundiais (VISENTINI, 2013).

A nova fase da política externa buscava o desenvolvimento do Brasil a partir da multiplicação dos parceiros políticos e comerciais e da promoção da abertura de novos mercados para os produtos e para as empresas brasileiras. Essa estratégia visava ao fortalecimento e à consolidação do Brasil como país líder dos Estados emergentes. Portanto, todas essas características formam a base do que Cepaluni e Vigevani (2007) denominam “Autonomia pela Diversificação” e que foi o núcleo da política externa brasileira.

A fim de comprovar essas características, no campo prático, o Brasil investiu, em larga escala, na reconstrução do Mercosul e na integração sul-americana, o que possibilitou a criação de uma liderança compartilhada. Outro foco diplomático realizado no Governo Lula foi a solidariedade com a África, devido a princípios éticos e interesse nacional. Houve também a intensificação da diplomacia com as potências emergentes dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que visou a estabelecer novas estratégias. Soma-se a isso o engajamento brasileiro em estreitar as relações com a União Europeia e de valorizar as organizações internacionais como a ONU e a OMC. O principal objetivo da nova política era promover a ascensão de um novo sistema internacional multipolar. Dessa forma, percebe-se o fortalecimento da democratização internacional (VISENTINI, 2013).

A partir dessas iniciativas, o Brasil buscou sua autonomia no sistema internacional e a independência das grandes potências por meio de vácuos de poder, ou seja, lugares pelos quais que os grandes países não se interessavam após o 11 de Setembro de 2001. Por esse motivo, a política externa brasileira procurou ser uma alternativa no mundo, a fim de dar sua contribuição, proporcional ao seu peso internacional. Em suma, o Itamaraty concentrou-se na cooperação com os países emergentes e excluídos do sistema internacional, com a intenção de aumentar a

relevância global brasileira a partir de uma diplomacia de alto perfil e de um discurso oficialista, que preservasse os princípios tradicionais da política externa brasileira: solução pacífica de controvérsias, autodeterminação dos povos, não intervenção. Cabe, então, verificar como a Minustah insere-se nesse cenário em que o Brasil procurou agir com protagonismo internacional.

3 A liderança brasileira na Minustah e seus objetivos

Segundo Visentini (2007), fora da América do Sul, uma das ações mais importantes realizadas pelo Governo Lula foi a Minustah (*Mission des Nations Unies pour la Stabilization en Haiti*). Como o Brasil foi peça central dessa Missão, cabe compreender como se deu a liderança brasileira em um cenário conturbado da política haitiana, que Seitenfus (2014) descreve com “crise de poder” e quais foram seus objetivos.

No começo do ano de 2004, o Haiti chegou ao ápice de confrontos entre apoiadores do então presidente Bertrand Aristide e forças contrárias ao Governo, ligadas, em sua maioria, às forças armadas. A crise resultou no exílio do presidente para a África do Sul, o que Aguilar (2014) descreve como colapso do sistema de segurança. O presidente interino, Boniface Alexandre, solicitou então o auxílio da ONU na manutenção da segurança para a transição do governo.

Devido a esse cenário, em 29 de fevereiro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da resolução 1.529, permitiu a criação de uma Força Multinacional Interina, formada por Estados Unidos, França, Canadá e Chile, para atuar no país por 90 dias, com caráter de urgência, até o estabelecimento de uma nova Missão com caráter de longo prazo (AGUILAR, 2014).

Foi no dia primeiro de junho de 2004 que, a partir da Resolução 1.542, o Conselho de Segurança formalizou a criação da Minustah e lhe atribuiu como missão principal a manutenção da segurança; fomentar o processo político e novas eleições, além de monitorar os direitos humanos. Com a intenção de concretizar esses objetivos, o Conselho permitiu que 6.700 militares, 1.622 policiais, 548 civis e 154 voluntários da ONU fossem deslocados ao país (AGUILAR, 2014).

A Minustah foi composta por contingentes de vários países latino-americanos, como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru, Uruguai e por outros estados-membros da ONU. Apesar da complexidade da Missão, o Brasil tornou-se um dos países centrais no Haiti e, além de ser o país com maior efetivo militar da missão, também cedeu todos os comandos militares da missão (AGUILAR, 2014).

Rosa e Carvalho (2011) descrevem que o Governo brasileiro aceitou fazer parte dos contingentes militares da ONU a partir do princípio de não indiferença, logo:

“Sustentado por este último princípio e com atenção aos problemas vizinhos regionais, o Brasil aceitou, em 2004, exercer o comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti, objetivando imprimir nova forma de atuação, contrária à que vinha sendo aplicada pelos Estados Unidos e Canadá no Haiti.” (ROSA; CARVALHO, 2011, p.489)

Apesar do longo debate acerca dos motivos de o Brasil ter aceitado fazer parte da Minustah e de várias inconsistências acerca do discurso brasileiro, Diniz (2005) afirma que, mesmo que o governo da época tenha declarado apenas que se tratava de uma questão de solidariedade internacional, havia, entre outros motivos, uma clara intenção do governo, de conseguir assento permanente no Conselho de Segurança, vendo a participação ativa em decisões importantes da comunidade internacional como necessárias para sua ascensão. Portanto:

“O Brasil entende que uma participação ativa na ONU é um elemento central da sua busca por maior autonomia política na cena internacional, tanto que pleiteia uma reformulação da Organização de modo a se tornar membro permanente do seu Conselho de Segurança.” (DINIZ, 2005, p.99)

A partir da liderança da Missão aceita pelo Brasil, entre as principais funções dos militares brasileiros, seguindo a orientação da ONU, esperava-se o patrulhamento rotineiro, na proteção a hospitais e locais públicos e na proteção e auxílio a ações e humanitárias. Além disso, um dos principais desafios incumbidos às tropas brasileiras era o desarmamento de grupos e milícias (DINIZ, 2005).

4 A participação dos militares brasileiros e o balanço na área da segurança pública

Com o intuito de concretizar os objetivos a partir dos quais a Minustah foi criada, Aguilar (2014) descreve que, “(...) numa primeira fase, a prioridade foi o uso da força para garantir a segurança e a ordem no país face ao descontrole institucional e a onda de violência que se instalou com a desestruturação do governo Aristide.” Além disso, entendia-se que o principal impeditivo para a solução do dilema haitiano era a área da segurança pública, e, em vista disso, a missão visava a auxiliar a polícia local. Logo, a missão da ONU fomentou atividades de profissionalização da força policial e de desenvolvimento de estrutura para que a resposta às ameaças internas pudesse ser efetiva (AGUILAR, 2014).

Segundo Lessa (2007), mesmo com todos os problemas estruturais do país, até meados de 2006, a Minustah já apresentava progressos consideráveis. Logo, foi demonstrado que o as atividades violentas e os grupos armados ilegais já estavam enfraquecidos. As atividades do contingente brasileiro eram caracterizadas pela desarticulação e pela prisão de gangues; por ações cívico-sociais, por

meio do auxílio na obtenção de recursos básicos; e por estabelecimento de tropas no local. Como descreve Verenhitch (2008), o contingente brasileiro utilizou a estratégia de permanecer em quase todo o país, de forma conjunta à Polícia da ONU (UNPOL) e à polícia haitiana. Para atingir seus objetivos, a força militar brasileira também realizou atividades como patrulhas, *checkpoints*, ocupações de pontos sensíveis, proteção de autoridades (fossem haitianas, estrangeiras ou em visita), escolta de comboios, segurança de instalações, controle de distúrbios, proteção de manifestações públicas, cerco e vasculhamento, além de operações em força. De mesma forma, Oliveira (2013) descreve que as ações do contingente brasileiro, que combinavam o emprego da força e ações sociais até 2010, estavam no caminho certo de uma operação de paz que busca solucionar um conflito. Lessa (2007) compreende também que as ações brasileiras proporcionaram o estabelecimento de um ambiente seguro e estável para a estabilização de um governo e para a retomada da força democrática e cidadã.

No entanto, os relativos avanços já descritos foram afetados pelo terremoto que destruiu o país em 12 de janeiro de 2010. O sismo haitiano, segundo Seitenfus (2014, p. 245), foi o mais destrutivo da era moderna, e, sobre os efeitos do terremoto ao Haiti, o autor afirma que

O terremoto atingiu o coração do Haiti, posto que se concentram na região metropolitana de Porto Príncipe 65% das atividades econômicas. Ela é também responsável por 85% das receitas fiscais. O país perdeu em 35 segundos o equivalente a 120% de seu Produto Interno Bruto, e o Estado, um terço de seus funcionários.” (SEITENFUS 2014, p. 245).

Como se poderia esperar, o terremoto transformou a Minustah, mas, além disso, afetou também a participação brasileira na Missão, que vinha apresentando relativo sucesso e nova perspectiva para o país. A partir desse evento, o Brasil perde sua liderança e ocorre um regresso do comando *de facto*, da Minustah para o Tridante Imperial, formado pelas potências Canadá, Estados Unidos e França, que possuem histórico de intervenção no país (SEITENFUS, 2014, p. 211).

Com o intuito de compreender os efeitos da Minustah para a segurança pública depois de 12 anos, deve-se destacar que se buscou analisar os dados mais recentes relacionadas ao setor de segurança pública do Haiti, que foram influenciados com a chegada da Minustah e, conseqüentemente, da liderança militar brasileira. Logo, foram utilizadas estatísticas da ONU acerca da taxa de homicídios, número de encarcerados, sobre o tipo dos crimes e comparações. Destaque-se, ainda, que, com o terremoto, foi destruída grande parte dos arquivos e documentos públicos do Estado (SEITENFUS, 2014).

Um dos dados capazes de identificar os efeitos da Minustah no Haiti é a taxa de homicídios, visto que, como já identificado previamente, a comunidade

internacional entendia que o dilema haitiano estava intimamente ligado à violência. Devido a carência de dados antes da Minustah não se tem compreensão das quantidades exatas de homicídios antes do estabelecimento da missão. Por outro lado, a literatura permite compreender que historicamente o Haiti sempre possuiu baixos níveis de homicídio, inclusive relativamente menores do que os padrões regionais (ROBERT MUGGAH, 2017). Os dados sobre as taxas de homicídios no Haiti que estão disponíveis, se forem interpretados a partir da tabela 1, abaixo, demonstram que o número de vítimas desse tipo de crime quase dobrou, durante as atividades da missão, que possuía um alto caráter securitário.

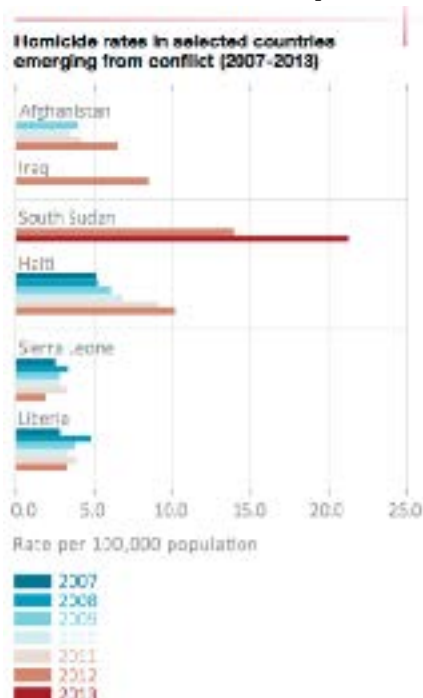
Tabela 1: Homicídios intencionais, números e taxas por 100,000 da população.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Quantidade	486	498	598	677	914	1033
Média	5.1	5.1	6.1	6.8	9.0	10.0

Fonte: UNODC Statistics. Acesso em 10 set. 2016.

Assim como mostram a tabela 1 e, a seguir, a figura 1, a taxa de homicídios no Haiti foi crescendo no decorrer dos anos desde 2007, e, em 2013, os números foram mais elevados que no Afeganistão, no Iraque, em Serra Leoa e na Libéria. Logo, as evidências estatísticas disponíveis relativas à média de homicídios parecem indicar uma dificuldade da Minustah em reduzir a violência no país, sobretudo após o terremoto em que grande parte da estrutura da polícia haitiana e do estado foi destruída e que, como verificado anteriormente, houve uma maior interferência das potências ocidentais.

Figura 1: Taxa de homicídios do Haiti em comparação com outros conflitos.



Fonte: Global Study on Homicide 2013. Acesso em 10 set. 2016.

Outra característica da área da segurança, o sistema carcerário do Haiti, exemplifica a ineficiência da Minustah de lidar com a situação haitiana, além de, segundo Seitenfus (2014), acentuar mais um problema que tem crescido no país. Conforme o autor, a inoperância da missão transfere os problemas para um débil sistema prisional que se caracteriza por condições desumanas, em que os detentos são presos sem um julgamento devido. Seitenfus, que visitou uma das principais prisões do país, Prison Civile, descreveu:

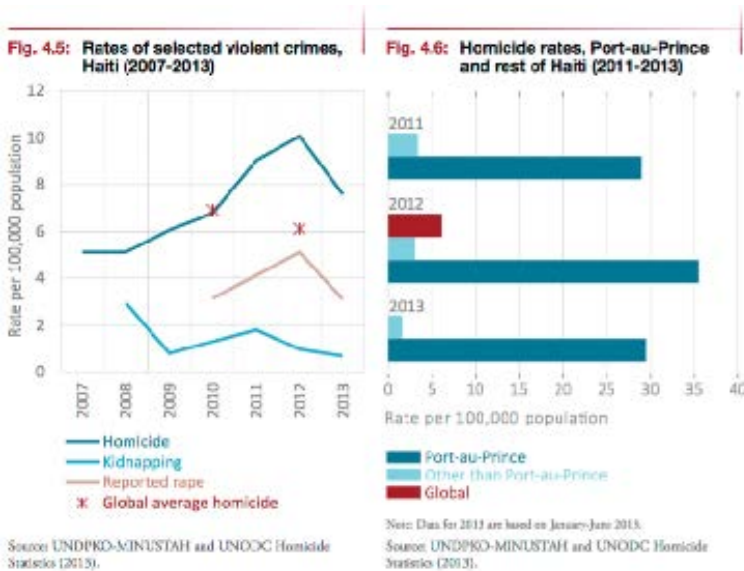
As instalações físicas da Prison Civile constituem uma afronta ao mais elementar dos direitos humanos dos detentos. Elas infringem normas mínimas previstas tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Artigo 7). Além disso, não são seguras (por exemplo, o aparelho de detecção de metal existe, mas não estava funcionando). (SEITENFUS, 2014, p.180)

Como se não bastasse a incapacidade do estado de lidar com um sistema carcerário ineficiente, o país tem recebido criminosos haitianos que residiam nos Estados Unidos sem sequer aviso prévio. Da mesma forma, nota-se, a partir da

tabela 2, que o número de pessoas aprisionadas ou recolhidas a instituições relacionadas também aumentou consideravelmente, com a chegada da Minustah.

Por fim, os dados da figura 2, referentes aos índices de homicídios, descrevem que, entre 2007 e 2013, esses crimes estavam, no Haiti, acima da média global. Da mesma forma, o número de homicídios em Porto Príncipe – local de operação das forças brasileiras – manteve-se alto entre 2011 e 2013. Por outro lado, ao contrario dos dados ligados ao homicídio, o crime de sequestro, que se tornou comum no Haiti, sofreu uma queda no índices desde 2009, principalmente após uma onda de crimes deste tipo – inclusive de pessoas pertencentes à classe política do país (SEITENFUS, 2014).

Figura 2: Taxa de crimes violentos selecionados e taxa de homicídios em Porto Príncipe/Haiti.



Fonte: Global Study on Homicide 2013. Acesso em 10 set. 2016.

Os dados utilizados na secção 4 permitiram que fosse compreendida através de dados - mesmo que por vezes escassos - a situação da segurança pública no Haiti ao longo dos 12 anos de Minustah. As estatísticas de organizações internacionais demonstram que a situação da segurança pública no país não demonstrou mudança relevante. Pretende-se por fim, destacar as principais informações trazidas neste trabalho e um balanço do que foi entendido.

5 Considerações Finais

Este artigo se propôs a entender o efeito da chegada do contingente militar brasileiro para a segurança pública no Haiti, que, desde 2004, está sob influência da liderança militar brasileiro no âmbito da Minustah.

Como visto, o Brasil possuía, em 2003, uma política externa “ativa e altiva”, que, a partir do princípio de solidariedade e do convite da ONU, recusou-se a dar as costas à escalada de violência que crescia no Haiti. A liderança brasileira do contingente militar da Minustah buscou cumprir os objetivos da missão, notadamente a manutenção da segurança, o fomento do processo político, a realização de novas eleições e o monitoramento dos direitos humanos. As principais ações realizadas pelo grupo brasileiro, como visto em Lessa (2007), foram: atividades de desarticulação e prisão de gangues; ações cívico-sociais, por meio do auxílio na obtenção de recursos básicos; e estabelecimento de tropas no local.

Mesmo que não existam dados exatos sobre a situação da segurança pública no Haiti antes da Minustah, percebe-se pela literatura e os estudos vigentes que historicamente o Haiti não possui altos índices de violência. No entanto, a partir da análise dos dados realizada, apesar das ações brasileiras de emprego da força e da tentativa de desbaratamento de gangues e controle da violência em conjunto com a UNPOL e a PH, os números de homicídios e de encarceramentos aumentaram durante a Missão aumentaram. Além disso, identificou-se que o Haiti em 2013 possuiu uma taxa de homicídios acima da média global e mais alta ou equivalente à de países em conflito como Afeganistão, Libéria, Serra Leoa.

Em suma, o estudo acerca do estado da segurança pública no Haiti depois de 12 anos da Minustah sob liderança militar do Brasil, mostra que são necessários mais esforços por parte da Organização das Nações Unidas. Entende-se, a partir do estudo feito, que as instituições políticas em um país subdesenvolvido como o Haiti são muito frágeis e não têm capacidade de dar o mínimo para a população, que fica em estado de desconfiança permanente. É necessário também que mais estudos sejam realizados na área, bem como mais dados sejam divulgados por parte das organizações internacionais que atuam no país. Só assim será possível traçarem-se novas perspectivas para o Haiti, assim como entender-se e superar-se o cenário atual da segurança pública haitiana.

The Brazilian Participation in Minustah and the effects in the area of public security

ABSTRACT: The Russian Federation and the Republic of Turkey are two important actors in contemporary international relations that are geographically close. It is assumed that geography has an essential role in their interactions, which inevitably occur in the surrounding regions that unite these countries, with overlapping interests. From a theoretical and historical evaluation, it demonstrates a competitive trend despite the cooperative efforts between Moscow and Ankara. Finally, it is understood that the current period is marked by a crisis in the three points of convergence of its ambitions as regional powers (Caucasus, Black Sea and Middle East), constituting a true International Tension Zone (ITZ).

KEYWORDS: Geopolitics; Foreign Policy; Eurasia; Russia; Turkey

Referências

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Gerenciamento de crises: o terremoto no Haiti**. São Paulo: Porto de Ideias, 2014.

ARTIAGA, Rodolfo Raja Gabaglia. **O Brasil e a Intervenção Humanitária no Haiti, MINUSTAH (2004-2011)**. 2012. 107 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **Manutenção da paz e resolução de conflitos: respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intra-estatais na década de 1990**. 2009. 161 f. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. São Paulo.

BRASIL. Ministério da Defesa. **O Brasil na Minustah (Haiti)**. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em 11 ago. 2016.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em 27 jul. 2016.

CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas**. 1998. 168 f. Tese (Doutorado). Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, Brasília, 1998.

DINIZ, Eugênio. **O Brasil e a MINUSTAH**. *Security and Defense Studies Review*, 5:1. Belo Horizonte: 2005. 19 p. Disponível em <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001_g.pdf>. Acesso em 26 ago. 2015.

DIPLOMACIA PÚBLICA. **O Brasil e os dez anos da MINUSTAH**. Disponível em <<http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/82-o-brasil-e-os-dez-anos-da-minustah>>. Acesso em: 21 out. 2014.

LUCENA, Larissa Lyryanne M. de. **O Brasil e a Minustah** - ou a busca de parâmetros para uma política externa brasileira “ativa” e “ativa” em Operações de Paz das Nações Unidas. *Século XXI*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.129-149, 2014.

NYE, Joseph S. Jr. **Cooperação e Conflitos nas relações internacionais**: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. Rio de Janeiro: Gente, 2009.

ROBERT MUGGAH. **Reflexões sobre a contribuição da Minustah à segurança e estabilidade (2004-2014)**. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ROSA, Renata de Melo; CARVALHO, Amanda Sanches Daltro de. O Brasil e a não-indiferença à crise haitiana: solidariedade ou retórica do discurso? *10.5102/uri.v9i1.1388. Universitas: Relações Internacionais*, [s.l.], v. 9, n. 1, p.487-509, 16 jun. 2011. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/uri.v9i1.1388>.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti**: Dilemas e Fracassos Internacionais. Ijuí: Unijuí, 2014.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE BUREAU OF DIPLOMATIC SECURITY. **Haiti 2016 Crime & Safety Report**. Disponível em: <<https://www.osac.gov/pages/ContentReportDetails.aspx?cid=19193>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Study On Homicide**. 2013. Disponível em <http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>. Acesso em 11 ago. 2016.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **What is peacekeeping?** United Nations Peacekeeping helps countries torn by conflict create conditions for lasting peace.

Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>>. Acesso em 27 jul. 2016.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **A MINUSTAH E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: MOTIVAÇÕES E CONSEQÜÊNCIAS**. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Integração Latino-americana, Área de Concentração em Direito da Integração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.** [online]. 2007, vol.29, n.2, p. 273-335. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>>. Acesso em 20 ago. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil 1930-2012**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.